

1 Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte e cinco  
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração  
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,  
4 Distrito Federal, iniciou-se a Quinta Sessão Plenária do Décimo Sétimo Plenário do Conselho  
5 Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião entre conselheiros e convidados: Ana  
6 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Gastalho de  
7 Bicalho, Iolete Ribeiro da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Marisa Helena Alves, Júnia Maria  
8 Campos Lara, Rosane Lorena Granzotto, Fabián Javier Marin Rueda, Maria Márcia Badaró  
9 Bandeira, Daniela Sacramento Zanini, Paulo Roberto Martins Maldos, Fabiana Itaci Corrêa de  
10 Araujo, Jureuda Duarte Guerra, Andréa Esmeraldo Câmara, Regina Lúcia Sucupira Pedroza,  
11 Sandra Elena Sposito, Cleia Oliveira Cunha e Elizabeth de Lacerda Barbosa. Pedro Paulo deu  
12 início à Sessão Plenária saudando a todos dando um informe sobre a composição do Conselho  
13 Editorial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, que foi designado da seguinte forma: um  
14 membro da Região Sul (Adolfo Pizzinato, do Rio Grande do Sul), um membro da Região  
15 Sudeste (Anna Paula Uziel, do Rio de Janeiro), um membro da Região Centro Oeste (Daniela  
16 Zannini, de Goiás) e dois membros da Região Nordeste (Carolina Reis, do Ceará, e Marilda  
17 Castelar, da Bahia), pois não foi possível ter um representante da Região Norte. A  
18 composição do Conselho adotou como critério a indicação de conselheiros com experiência  
19 em editoria de revistas científicas, atentando à diversidade regional. Rosane Granzotto  
20 informou que participará de audiência pública sobre o Dia Internacional da Luta Contra a  
21 LGBTFobia e a defesa da Resolução CFP nº 001/1999, no dia dezessete de maio na  
22 Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O objetivo é colher a assinatura de todos  
23 os deputados participantes para buscar apoio em defesa da resolução. Ana Sandra informou  
24 sobre a reunião do Conselho Nacional de Saúde, onde foi aprovada a moção de repúdio contra  
25 a nota da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e do Conselho Federal de Medicina, foi  
26 aprovada também a recomendação da Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM), sobre  
27 a retirada das comunidades terapêuticas do rol de estabelecimentos de saúde, pois não  
28 obedecem o que a legislação exige. A próxima reunião da CISM será realizada durante o III  
29 Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, na cidade de Florianópolis, em junho. Ana  
30 Sandra Fernandes informou que em conversa com Carmen Lúcia, coordenadora da Comissão  
31 Intersetorial de Política para as Mulheres, foi sugerido que o CFP avalie a possibilidade de  
32 realizar e disparar conferências livres nos estados e municípios para discutir a saúde mental  
33 com as mulheres, ou realizar uma conferência livre para apontar propostas para a conferência  
34 nacional. Não houve encaminhamento sobre esse assunto. Paulo Maldos informou que teve  
35 reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH) no dia seis de maio, com uma fala inicial  
36 de Rogério Giannini, que deu posse aos membros da CDH. Houve um relato sobre a história  
37 da CDH em suas diversas instâncias de atuação, bem como foi realizado um debate sobre a  
38 política de direitos humanos. Paulo Maldos apresentou a listagem dos encaminhamentos  
39 obtidos na reunião para conhecimento e deliberação do Plenário. Informou que houve  
40 indicação do psicólogo Ematuir Teles, escolhido pelos integrantes da CNDH, para substituir  
41 Pedro Paulo na qualidade de representante do CFP no grupo de trabalho sobre o processo  
42 transexualizador do Conselho Federal de Medicina. Pedro Paulo ressaltou que o processo de  
43 indicação de representante ocorreu no momento em que a Diretoria tomou posse, quando  
44 houve a necessidade de indicar representantes do CFP nos espaços de representação.  
45 Comunicou que o pedido de substituição se deu devido às agendas atribuídas da Diretoria.  
46 Contudo, Sandra Sposito questionou a indicação de um representante que não faz parte deste  
47 Plenário e ressaltou que o pactuado em reunião Plenária é que a indicação de representantes

48 para os espaços em que o CFP atua deve ser composta de conselheiros e, quando não for  
49 possível, o Plenário deve ser consultado para verificar a disponibilidade de indicar outro  
50 representante. Ana Sandra Fernandes sugeriu que Sandra Sposito seja a titular do GT e  
51 Ematuir Teles seja o suplente. Os presentes concordaram com as indicações. Sandra Sposito  
52 reforçou a importância de o suplente acompanhar a próxima reunião do GT, de forma que o  
53 CFP garanta sua participação. Paulo Maldos informou que a CDH propôs a realização de um  
54 Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos para demarcar os 20 anos da criação da  
55 CDH-CFP, com tema geral “Psicologia e direitos humanos em tempos de reconstrução  
56 democrática”, com previsão de realização para agosto deste ano. Paulo Maldos enfatizou que  
57 o projeto do seminário está em construção. Após discussões, foi acordado entre os presentes  
58 que, na próxima Plenária, Paulo Maldos apresentará o projeto do seminário incluindo  
59 informações orçamentárias e custeio. Ana Sandra Fernandes sugeriu que a CDH produza um  
60 texto para disparar aos Regionais convidando-os para a discussão em debates regionais, a fim  
61 de transformar a discussão a nível nacional. Propôs ainda que a discussão seja iniciada em  
62 agosto, tendo em vista o curto prazo para realização do seminário. Márcia Badaró perguntou  
63 sobre a possibilidade de levar esse ponto para a APAF, entretanto, Ana Sandra informou que  
64 não é possível mais incluir pontos de pauta, mas é possível solicitar à mesa da APAF que seja  
65 dado um informe sobre o seminário. Pedro Paulo sugeriu que seja convidada(o) uma(um)  
66 psicóloga(o) que participou da primeira composição da CDH para participar do seminário, se  
67 possível, a psicóloga Cecília Coimbra, que foi a primeira presidente da CDH. Pedro Paulo  
68 informou que a CDH está elaborando um projeto de Inspeção Nacional para o ano de dois mil  
69 e dezoito. Norma Cosmo sugeriu que seja feita uma reavaliação do material da última  
70 inspeção nacional. O Plenário aprova a realização da Inspeção Nacional em dois mil e  
71 dezoito. Paulo Maldos informou ao Plenário sobre a intenção da CDH de se articular com a  
72 União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), de modo a pensar ações e  
73 manifestações em conjunto sobre a situação de restrição de direitos e ataque aos direitos  
74 humanos na América Latina. Ana Sandra Fernandes informou que o CFP recebeu a  
75 solicitação para que assumisse a coordenação da Ulapsi, entretanto, provisoriamente a  
76 coordenação está sendo feita por Inea Areoli, tendo em vista sua expertise acumulada ao  
77 longo do tempo. Ressaltou ainda que, momentaneamente, a coordenação das atividades será  
78 feita por Inea Areoli e a articulação com o Plenário do CFP continuará sendo feita por ela.  
79 Rosane Granzotto reforçou que este Plenário deve se preparar para assumir a coordenação da  
80 Ulapsi. Fabián Rueda enfatizou que este Plenário deve pensar na possibilidade de outra  
81 entidade assumir a coordenação com o apoio do CFP. Sandra Sposito retomou a discussão  
82 sobre a representação do CFP nos espaços, tendo em vista que as representações deverão ser  
83 discutidas em Plenária. Sugeriu que esse assunto seja pautado posteriormente considerando o  
84 olhar estratégico que o CFP tem em relação à Ulapsi. Fabián Rueda reforçou que é importante  
85 pautar também a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS Psi) no futuro, tendo  
86 em vista a importância do tema. Ana Sandra Fernandes reforçou que este Plenário pode rever  
87 os encaminhamentos quanto aos temas BVS Psi e Ulapsi na próxima Sessão Plenária. Foi  
88 decidido pelos presentes que Ana Sandra Fernandes apresentará a proposta na próxima  
89 reunião telefônica com a Ulapsi, solicitando, inclusive, que o representante da CDH participe  
90 das reuniões. Paulo Maldos informou que Samuel Pinheiro Guimarães, referência na temática  
91 sobre articulações latino-americanas, se colocou à disposição deste plenário para realizar um  
92 debate com enfoque na contextualização sobre a América Latina e direitos humanos. Pedro  
93 Paulo informou que na próxima Plenária será trazido um convidado para falar com o Plenário  
94 sobre a seguridade social. Paulo Maldos informou que a CDH propôs a realização de reuniões

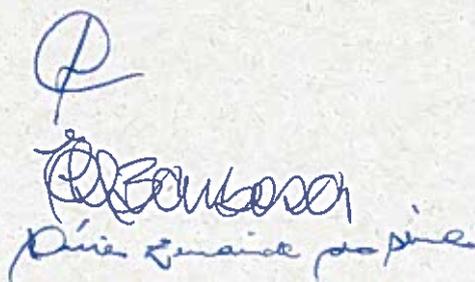
95 por teleconferência e presencialmente, preferencialmente, em locais onde aconteceram  
96 violações a direitos humanos. Informou ainda que a CDH criou um grupo de trabalho para  
97 realizar o levantamento e sistematização da memória da CDH do CFP, bem como entrará em  
98 contato com os grupos que tratam com Memória e Verdade, do Comitê Nacional de  
99 Prevenção e Combate à Tortura e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.  
100 Paulo Maldos reforçou a necessidade de resgatar práticas de manifestações e intervenções  
101 públicas, chamando a atenção para os atos de agressão aos direitos humanos, seja por meio de  
102 atos públicos de visibilidade (kit manifestação) ou por meio de mobilizações escritas.  
103 Enfatizou que a CDH vai trabalhar em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos dos  
104 Regionais, de modo a articular e apoiar as ações do Sistema Conselhos. Paulo Maldos relatou  
105 que a CDH poderá participar de eventos e congressos da Psicologia e direitos humanos para  
106 promover a articulação com entidades do FENPB, como por exemplo, a ABRAPSO, ABEP,  
107 ABRAPEE, ABRASME, e outros espaços de interlocução, reforçando que tais eventos não  
108 têm caráter acadêmico. Sandra Sposito perguntou quais serão os critérios para elaboração de  
109 notas pelas comissões e reforçou a necessidade de estabelecer um  
110 procedimento quanto à publicização de notas, principalmente quando há emissão de nota da  
111 comissão e não há manifestação do CFP. Ana Sandra Fernandes relatou que foi realizada  
112 reunião com a Assessoria de Comunicação do CFP com o objetivo de estabelecer os fluxos de  
113 trabalho. Ressaltou que a proposta está em construção no momento e tão logo seja finalizada,  
114 será apresentada a esse Plenário. Contudo, entende que há uma necessidade de construir um  
115 método para elaboração de texto base em caráter de urgência para responder questões  
116 emergenciais que demandam manifestação do CFP, por essa razão, os conselheiros com  
117 acúmulo nos temas são chamados a colaborar na construção de textos e notas, bem como os  
118 membros da CDH. Iolete Ribeiro falou sobre a limitação dos canais de comunicação de  
119 contato entre os conselheiros, e ficou decidido pela criação de um e-mail coletivo para uso  
120 dos conselheiros. As minutas de notas serão encaminhadas no e-mail do grupo para discussão  
121 e construção coletiva. Jureuda Duarte informou que haverá um evento no Estado do Pará  
122 sobre 'Memória e Verdade', e entende que é importante contar com a participação do Paulo  
123 Maldos. Ana Sandra Fernandes informou que essa solicitação pode ser encaminhada junto à  
124 coordenação do CFP. Pedro Paulo enfatizou sobre a importância de retomar aos pontos de  
125 pauta, dando início à apreciação das atas. **1. Ata da 3ª Plenária do XVII Plenário do CFP:**  
126 Pedro Paulo apresentou a ata do primeiro dia de reunião da Terceira Sessão Plenária, que foi  
127 aprovada sem destaque. Nesse momento foi constatado que os conselheiros receberam a ata  
128 sem correções e foi acordado que a ata do segundo dia da Terceira Sessão Plenária e a ata da  
129 Quarta Sessão Plenária serão apreciadas na próxima Sessão Plenária, juntamente com as atas  
130 da Quinta Sessão Plenária. Todos concordaram. **1.4. Resoluções. 1.4.1. Resolução CFP nº**  
131 **013/2007 (Institui a Consolidação das Resoluções Relativas ao Título Profissional de**  
132 **Especialistas em Psicologia).** Rosane Granzotto informou que a resolução não foi  
133 encaminhada para os Regionais debaterem em seus Plenários. Ana Sandra Fernandes entende  
134 que por esta razão não seria possível apresentar a minuta para deliberação da APAF. Os  
135 presentes acordaram que a delegação do CFP solicitará que a minuta seja apreciada na APAF  
136 de dezembro de dois mil e dezessete, considerando a determinação judicial de 7 de março de  
137 2016 materializada no parecer nº 5994-36.2013.4.01.3800; considerando que as sugestões do  
138 CFP para a Resolução CFP nº 13/2007 não foram enviadas nas remessas de material de  
139 subsídio da APAF para os Regionais; considerando que o novo marco regulatório dos cursos  
140 de especialização ainda não foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação; e,  
141 considerando que a decisão final da justiça ainda não proferida. Ficou decidido que Rosane

142 Granzotto acompanhará as tratativas sobre esse assunto com a Gerência Técnica e a  
143 Assessoria Jurídica para trazer à APAF uma orientação sobre como os Regionais devem  
144 proceder com relação à concessão de títulos. Os presentes entenderam que a minuta da  
145 resolução poderá ser apreciada posteriormente, tendo em vista a necessidade de retomar os  
146 demais pontos da APAF. **1.4. Resoluções. 1.4.3. Publicação da Resolução que Institui a**  
147 **Política de Orientação e Fiscalização.** Júnia Lara fez a leitura da minuta da resolução e do  
148 material da delegação do CFP, que será apresentado na APAF por Clarissa Guedes. Ficou  
149 acordado que a delegação do CFP vai sugerir que os pontos onze e doze, Revisão do Código  
150 de Processamento e Consolidação das Resoluções, respectivamente, pautados pelo CRP  
151 06/SP, sejam discutidos no momento da apreciação da minuta da resolução. **3. Pontos**  
152 **Financeiros.** Norma coloca em pauta a aprovação do orçamento do CFP e a inserção do  
153 recurso do CRP-20 no orçamento, assuntos já discutidos. Acompanhamento financeiro e  
154 orçamentário da gestão do exercício de 2017 do CFP. Pedro Paulo ressalta que é importante  
155 esclarecer a alegação de que houve um descontrole orçamentário em 2012, pois a informação  
156 que está sendo veiculada contradiz o déficit. Solicita também que seja discriminado o que foi  
157 gasto da conta revista em 2016. Norma solicita que o recurso da revista volte para a conta  
158 diálogos, o que é aprovado. Por unanimidade este Plenário aprova a prestação de contas do  
159 CFP – exercício 2016, com os detalhamentos necessários para apresentação na APAF. Sobre  
160 o orçamento do CRP 01, houve um acréscimo de recursos e precisa de aprovação do CFP.  
161 Aprovadas as alterações. Ana Sandra aproveita para dar um informe sobre a Resolução do  
162 CRP 01 que anula o último concurso público, frisando que o CFP não pactuou com esta  
163 decisão, e nem mesmo soube que ela seria tomada, ficando sabendo pela mídia. O CFP,  
164 quando soube, fez um Ofício para o CRP 01 demonstrando sua surpresa e manifestando sua  
165 discordância com semelhante ato. Plenária interrompida para almoço. Pedro Paulo abre o  
166 período da tarde com um informe quanto a dois pontos urgentes, que se impõem tendo em  
167 vista as datas, um sobre avaliação psicológica e o outro ponto da Regina. Fabián Rueda  
168 apresenta o ponto 8. **apreciação do uso compartilhado instrumento psicológico Neupsilin,**  
169 tendo em vista a necessidade da tomada de providências por parte do Plenário. Explicou que o  
170 Neupsilin foi desenvolvido por uma psicóloga e uma fonoaudióloga, que em 2013 passou por  
171 avaliação do sistema de avaliação de testes psicológicos (SATEPSI) e foi considerado um  
172 teste psicológico de uso restrito dos psicólogos. Entretanto, o Conselho Federal de  
173 Fonoaudiologia (CFFA) impetrou ação contra o CFP questionando o uso privativo do teste  
174 por psicólogos. Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho composto pelo CFP e CFFA, para  
175 avaliar o uso compartilhado do teste, tendo em vista que alguns construtos do instrumento são  
176 exclusivos de psicólogos e outros resultados que o teste fornece poderiam ser utilizados por  
177 fonoaudiólogos. Fabián Rueda e Daniela Zanini ressaltaram que a Comissão Consultiva de  
178 Avaliação Psicológica (CCAP) entende que o CFP deve convidar o Instituto Brasileiro de  
179 Avaliação Psicológica (IBAP) e a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos  
180 (ASBRO) para contribuir nas discussões sobre o uso do teste Neupsilin, para, posteriormente,  
181 tomar como base o primeiro encaminhamento relacionado ao CFFA para disparar discussões  
182 maiores sobre o uso privativo de outros testes. Fabián Rueda solicitou que a Diretoria do CFP  
183 faça um novo contato com o CFFA a fim de articular o agendamento de uma reunião para  
184 solicitar tratar da retomada do grupo de trabalho com o CFFA. Sandra Sposito reforçou que é  
185 importante abrir espaços de diálogos para discutir o uso dos testes no Sistema Conselhos, bem  
186 como garantir que o CFP seja o disparador dessa discussão coletiva. Os presentes  
187 concordaram em dar encaminhamento às proposições citadas acima. Regina Pedroza fez um  
188 informe sobre um pedido de posicionamento do CFP para o Fórum dos Conselhos Federais da

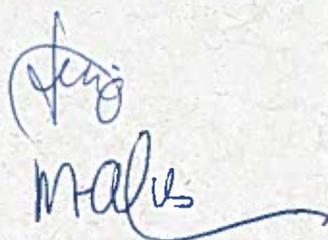
189 Área da Saúde (Conselhinho), quanto ao Projeto de Lei nº 7050/2017, de autoria do Deputado  
190 Federal Victório Gali - PCS/MT, que altera o artigo 5º da Lei nº 12.514/2011, para determinar  
191 a cobrança de anuidade após os primeiros trinta e seis meses de registro nos respectivos  
192 conselhos profissionais Regionais e apontar as isenções já existentes no Sistema Conselhos  
193 para os profissionais recém-inscritos. Ressaltou que o posicionamento do CFP deverá ser  
194 levado a reunião do Fórum, no próximo dia vinte e cinco de maio. Ana Sandra Fernandes  
195 ressaltou que o Projeto de Lei versa sobre o orçamento do CFP de modo que interfere na  
196 autonomia do Sistema Conselhos. Reforçou que a fiscalização profissional acontecerá de  
197 qualquer forma, mesmo que o recém-inscrito tenha isenção do pagamento da anuidade, ou  
198 seja, o trabalho dos Conselhos continuará acontecendo. Ana Sandra Fernandes entende que  
199 esse assunto deve ser pautado para discussão no Conselhão. Para tanto, solicitou que a  
200 Secretaria Executiva do CFP produza material de subsídio para que o Conselheiro Presidente,  
201 Rogério Giannini, apresente na reunião do Conselhão. Sandra Sposito ressaltou que o Projeto  
202 de Lei apresenta uma interferência na capacidade de legislar e regulamentar dos Conselhos  
203 Profissionais, contudo, o CFP tem competência de legislar sobre esse assunto e pode  
204 apresentar propostas alternativas sobre isenções. Como encaminhamento, os presentes  
205 acordaram em propor ao Conselhinho a discussão do mérito desse Projeto de Lei, pois, é  
206 preciso problematizar a interferência do Congresso Nacional na capacidade de  
207 regulamentação e legislação dos Conselhos Profissionais. Ana Sandra reforçou que a união  
208 dos conselhos de classe é fundamental para combater a ingerência do Congresso Nacional.  
209 Pedro Paulo retomou a discussão dos pontos de pauta da APAF. **1.4. Resoluções. 1.4.2.**  
210 **Minuta de Resolução do Portal da Transparência.** Pedro Paulo informou que em fevereiro  
211 de dois mil e dezesseis o CFP foi notificado pelo Tribunal de Contas da União para adotar  
212 medidas quanto à criação e implementação do Portal da Transparência do Sistema Conselhos,  
213 cujo prazo para alimentação dos dados encerra no próximo dia vinte e oito de maio. Pedro  
214 Paulo ressaltou que nem todas as informações do CFP vão para o Portal, tendo em vista a  
215 limitação de divulgação das informações consideradas sigilosas. Para tanto, será levada para  
216 apreciação da reunião de presidentes que antecede a APAF a minuta de resolução que visa  
217 regulamentar o que deve ser inserido no Portal. **2. Processos Éticos – Designação de**  
218 **Relatoria.** Foram designados relatores para os processos éticos, conforme segue: Processo  
219 Ético CFP nº 904/2017 (CRP-08/PR): Daniela Sacramento Zanini; Processo Ético CFP nº  
220 910/2017 (CRP-05/RJ): Fabiana Itaci Corrêa de Araújo; Processo Ético CFP nº 916/2017  
221 (CRP-05/RJ): Andréa Esmeraldo Câmara; Processo Ético CFP nº 937/2017 (CRP-07/RS):  
222 Regina Lúcia Pedroza Sucupira. **Ponto de APAF 1.4. Resoluções. 1.4.2. Revisão da**  
223 **Resolução CFP nº 035/2015 (Institui a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência**  
224 **Social – CONPAS) no Âmbito do Conselho Federal de Psicologia.** Fabiana Itaci informou  
225 aos presentes sobre a reunião realizada nos dias oito e nove de abril, com representação dos  
226 Regionais, para tratar da CONPAS. Ana Sandra aponta que é preocupante que uma comissão  
227 seja legislada com vinte e quatro membros: o CFP e todos os Regionais, sobretudo com  
228 relação ao custeio. Na discussão da minuta da CONPAS foi ressaltado que não está claro que  
229 as proposições quanto ao custeio para os encontros será submetida ao CFP. Ana Sandra  
230 entende que essa Comissão deveria ser da APAF. Ana Sandra entende que deve ficar claro  
231 quem será responsável pelo custeio das ações e encontros propostos pela CONPAS. Fabiana  
232 Itaci ressaltou que a comissão é do CFP, porém tem um caráter nacional com representação de  
233 todos os Regionais. No texto da minuta não está claro que a Comissão é do CFP, em  
234 momentos cita que a Comissão será apreciada e aprovada em APAF, ou seja, o texto está  
235 dúbio em vários momentos. Ana Sandra Fernandes salienta que estaria sendo aprovado, com a

236 resolução, um custo não previsto na dotação orçamentária. Solicitou ainda que seja realizado  
237 com urgência um levantamento orçamentário do impacto que a realização das reuniões (três  
238 reuniões da comissão executiva com participação de oito membros e duas reuniões da  
239 comissão nacional) causará nas contas do CFP. O levantamento deve ser apresentado antes da  
240 APAF. Pedro Paulo ressaltou que durante a APAF é possível rever a quantidade de reuniões  
241 propostas pelos representantes da CONPAS. Pedro Paulo sugeriu que seja levado à APAF  
242 como proposição apontada pelos delegados do CFP, que pelo caráter nacional da comissão é  
243 que o custeio seja da Conta Revista nos moldes da APAF. Norma ponderou que no caso de  
244 aprovação da resolução em APAF, esta não poderá ser executada, tendo em vista que seria  
245 necessário reformular o orçamento do CFP, pois o gasto não foi previsto. E ainda deveria ser  
246 pautado na próxima APAF, de dezembro de 2017. Ana ressaltou que o texto da resolução  
247 possui vícios, principalmente quando utiliza o termo 'no mínimo' para tratar da quantidade de  
248 reuniões. Esse argumento poderá ser utilizado em APAF. Pedro ressaltou que o argumento da  
249 delegação do CFP deve ser sob a perspectiva do argumento de que a comissão tem caráter  
250 nacional. Ana Sandra fez os agradecimentos finais e encerrou a reunião às dezessete horas e  
251 quarenta e dois minutos. Essa ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,  
252 Conselheiro Secretário, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e  
253 referenciado \_\_\_\_\_

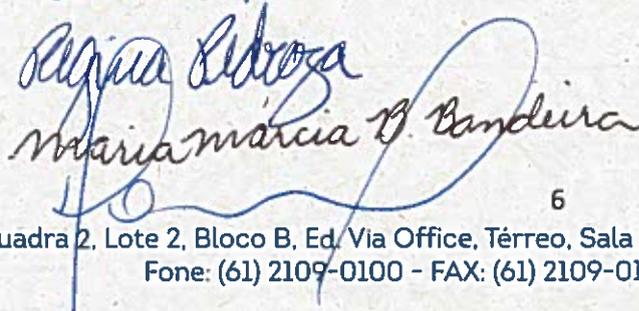
  
Daniele S. Taminari

  
Dina Guaido de Almeida

  
Alencar

  
Malu

  
Carolina P. Quedes

  
Regina Ledoza  
Maria Márcia B. Bandeira